

Sociedade moderna e conflitos políticos: sobre as relações entre comportamento político e estrutura social

Recebido em 24-08-2013
Aceito para publicação em 10-01-2014

*Paulo Magalhães Araújo*¹

Resumo: Com base em vertentes teóricas macrossociológicas, o texto aborda a relação entre, de um lado, as estruturas da sociedade e do Estado e, de outro, o comportamento político na modernidade. Na discussão, o argumento marxista é contraposto a uma visão que não dá exclusividade às classes sociais como base de interpretação da política. O objetivo é mostrar que as transformações sociais em direção à globalização geram consequências sobre o comportamento político dos indivíduos, exigindo explicações mais multivariadas e complexas do que supõe certa visão marxista.

Palavras-chave: Classe social, estrutura social, comportamento político, estado contemporâneo.

¹ Pesquisador e professor em ciência política do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: pmagal@uol.com.br

1. Introdução

Boa parte da literatura sociológica explora da conexão entre a estratificação social e o comportamento dos atores políticos (Pizzorno, 1966; Lipset, 1967; Reis, 2001; Aguiar, 2007). A estratificação social pode ser entendida como elemento estrutural que, nas sociedades capitalistas, decorre da superposição dinâmica das desigualdades ou diferenças individuais, por sua vez produzidas no processo de distribuição de bens e oportunidades sociais (Gruski, 1996). Entende-se que a estratificação social tem implicações relevantes no comportamento político dos atores individuais e coletivos, tendo em vista que a identidade política é vista como uma variável dependente, em maior ou menor grau, dos efeitos objetivos da posição social ocupada pelo indivíduo (Reis, 1978; 2001; Aguiar, 2007). Contudo, as hipóteses divergem com relação às quais seriam os fatores estruturais fundamentais no condicionamento de tal comportamento.

Neste trabalho pretende-se apresentar, de forma sucinta, a "evolução" das tentativas de se entender as bases sociais do comportamento político. Inicia-se com a explicação marxista, pioneira e influente, e segue-se até as mais recentes teorizações, em que se supera o exclusivismo das classes em favor de uma formulação mais complexa da conexão entre a dinâmica política e a estrutura da sociedade. Cabe observar que, pela falta de espaço, não se pretende discutir ou a precisar conceitos polêmicos – como consciência de classe, Estado nacional, estrutura social, etc – mas, apenas ordenar, presumindo-se um consenso mínimo acerca do jargão macrossociológico, as formas em que as diferentes teorias esclarecem os vínculos entre política e estratificação nas sociedades modernas.

2. Classes sociais, conflitos políticos e estado nacional: breves comentários acerca do marxismo ortodoxo

Desde um ponto de vista marxiano ortodoxo, *grasso modo*, a política é parte da superestrutura social e se constitui como elemento dependente da infraestrutura econômica, sendo esta a instância em que as relações de produção e de dominação da classe burguesa sobre a classe trabalhadora se estabelecem (Harnecker, 1973; Reis, 2001).

Ocorre que, dada à dinâmica do processo produtivo capitalista, produz-se uma segmentação perversa dos elementos necessários à produção e reprodução da sobrevivência. De um lado, observa-se o monopólio dos bens de produção, o capital, pelos burgueses e, de outro, uma massa proletária destituída de posses, que é obrigada a vender, em condições indignas, sua força de trabalho. Desta dinâmica relacional fortemente estruturada e hierarquizada, o burguês extrai um poder que se manifesta e se reforça em *todas as dimensões da vida social*. Esvai-se assim o potencial emancipador do trabalho e se estabelece com isso uma relação de dominação que afirma cada vez mais a supremacia da burguesia e a alienação e a miséria da classe trabalhadora (Harnecker, 1973; Marx, 1981).²

Nesta concepção, as instituições políticas burguesas (ou o Estado capitalista), escamoteadas em sua máscara liberal, são entendidas como simples reflexos da dinâmica social fundamental: o processo produtivo. As identidades produzidas no âmbito das relações econômicas são conformadoras dos interesses que se manifestam na competição política, de modo que a dominação econômica da burguesia se expressa também na estrutura político-institucional e no arcabouço ideológico-jurídico (cultural) (Marx, 1974; Harnecker, 1973).

Daí conclui-se que a dominação e a alienação se mantêm porque a política e a cultura têm a função, respectivamente, de elitizar o acesso aos recursos de poder do Estado, em favor da burguesia, e de manter (na superfície das relações sociais) uma aparência alienante de liberdade e igualdade jurídica, com vistas a ludibriar a classe trabalhadora. A difusão dos valores burgueses, por um lado, e a criação de estruturas institucionais e jurídicas liberais, por outro, são vistos como mecanismos superestruturais por meio dos quais a dominação

² Note-se que aqui se refere a duas classes, apenas. Mas, a obra marxiana não é clara quanto ao número de classes constitutivas da sociedade capitalista. Contudo, pode-se afirmar que, em Marx, o "motor da história" se assenta no conflito fundamental que se estabelece entre Capital e Trabalho (Sztompka, 1998). Dado o caráter sintético deste texto, o argumento aqui apresentado se baseará neste pressuposto fundamental, e não em uma certamente polêmica teoria marxista das classes. É importante ressaltar o caráter simplificador desta opção de leitura, tendo em vista que obras como **18 de Brumário de Louis Bonaparte** e **As lutas de classes na França** permitem interpretar a sucessão de importantes fatos históricos por vias menos economicamente determinadas (o autor agradece ao parecerista anônimo da Simbiótica por esta observação).

opera, transformando-se num terrível ciclo vicioso que parte da economia, perpassa os níveis superestruturais e volta à economia com energia renovada.³

Ocorre, porém, que a natureza dialética do processo sócio-histórico impede que o ciclo de dominação capitalista se perpetue *ad infinitum*. A tensão constitutiva da dinâmica social levará ao embate entre as forças antitéticas da sociedade pela constituição de uma nova síntese: uma nova forma social, superior ao capitalismo. A crescente degradação das condições objetivas de vida da massa proletária induzirá à transformação da *classe em si*, alienada e instrumentalizada pela elite capitalista, em *classe para si*, autoconsciente e disposta a lutar pela conquista de uma sociedade comunista: verdadeiramente justa, universalista, e sem hierarquias sociais de qualquer natureza (Marx, 1981).

Como *classe em si*, a coletividade operária oferece a força de trabalho indispensável à produção capitalista sem, contudo, ser capaz de perceber claramente sua condição de explorada e sua função transformadora. A *classe para si*, diferentemente, se caracteriza por sua elevada *consciência de classe*, isto é, sua capacidade de relacionar a situação econômica e objetiva da classe a sua posição política e seu papel emancipador (Cavalli, 1995; Mészáros, 2009).

Por esta perspectiva, a classe não apenas se constitui na fonte das energias que induzem à participação política, mas é ele mesmo o *ator político* por excelência – que faz de toda luta de classes uma luta política ao buscar realizar seus interesses por meio do aparelhamento (instrumentalização) do Estado.⁴

Da perspectiva do individualismo metodológico, a ação coletiva resulta da combinação de ações individuais subjetivamente orientadas. Deste ponto de vista, Olson (2009) afirmou que explicar a ação coletiva exige desvendar os incentivos recebidos pelos *indivíduos* para

³ Esse caráter estrutural global da dominação faz com que toda luta seja uma *luta de classes*. Leia-se Engels: "[...] todas as lutas históricas, quer se desenvolva no terreno político, no religioso, no filosófico ou em outro terreno ideológico qualquer, não são, em realidade, mais que a expressão, mais ou menos clara, de lutas entre as classes sociais [...]" (Engels apud Harnerker, 1973, p.191). Daí a afirmação de que o embate deve se dar em todos os níveis da estrutura social – o econômico, o político e o ideológico.

⁴ Segundo Lênin: "Não basta que a luta de classes só seja autêntica, conseqüente e elevada quando abrange a política [e a ideologia...]. O marxismo proclama que a luta de classes demanda pleno desenvolvimento [...] *unicamente* quando não só abrange a política mas também toma dela o mais essencial: a organização do poder do Estado" (Lênin apud Harnecker, 1973, p.194, grifos do autor).

cooperarem com a coletividade da qual fazem parte. Segundo o autor, a mera consciência de pertencer a determinado grupo social não resulta na disposição de um indivíduo para agir em favor de seu grupo, é preciso que ele seja particularmente motivado a fazer isso. Isso se dá porque os ganhos visados pela ação coletiva são também coletivos, de modo que os indivíduos que *não participam da ação são também beneficiados por ela*. Para não enfrentar os custos da ação coletiva e, no entanto, lucrar com seus benefícios, o indivíduo racional simplesmente procura “pegar carona” no esforço dos demais; porém, como todos tendem a fazer o mesmo cálculo, há uma propensão à deserção generalizada e a ação coletiva tende a não ser bem sucedida. Daí Olson (2009) conclui que a motivação do indivíduo para agir coletivamente vem dos *incentivos seletivos* à cooperação, isto é, aqueles ganhos que só serão distribuídos aos indivíduos cooperativos. Uma greve, por exemplo, tenderia a fracassar se os benefícios esperados forem apenas coletivos, como aumento de salário ou melhores condições de trabalho, pois isso o indivíduo terá mesmo se não participar da greve de sua categoria, caso a greve seja bem sucedida. Para assegurar a adesão, os sindicatos têm que punir ou premiar particularmente cada indivíduo⁵, conforme este participe ou não do movimento.

Esse dilema olsoniano não é devidamente considerado na explicação marxista tradicional da ação coletiva. Do ponto de vista marxista, a atuação unívoca da classe não enfrenta propriamente um problema de ação coletiva, porque a unidade de classe resulta da agregação de indivíduos que partilham condições *objetivas* de existência, isto é, vivem em bases materiais ou econômicas similares. Estas condições, subjetivadas no processo social, conformariam as consciências dos indivíduos e condicionariam objetivamente seus interesses e seu comportamento sócio-político cooperativo, levando-os a agir em favor da classe à qual pertencem.

O que há de politicamente problemático nessa dinâmica é que, à medida que a classe burguesa é bem sucedida em seu projeto de dominação ideológica⁶, o proletariado perde

⁵ Um exemplo de incentivos seletivos para este caso seria excluir os “desertores” do direito de frequentar o clube do sindicato, ou do direito à assistência jurídica ou médica assegurada pelo sindicato.

⁶ Segundo o marxismo, a dominação ideológica burguesa, na medida em que é bem-sucedida, é alienante, pois leva os proletários a adotarem como seus os valores burgueses (Marx, 1974; 1981).

sua capacidade de agir como coletividade. Em termos marxistas, o operariado não consegue libertar-se da sua situação de classe nem tampouco constituir-se *para si*, o que implica *adiar* a superação de sua situação alienada e, com isso, postergar a libertação revolucionária da humanidade. A solução desse problema (a antecipação do marco libertário) deve se dar, de acordo com o marxismo leninista, por meio da atuação de uma vanguarda comunista, que deverá trazer à luz as consciências proletárias que, aí sim, estarão prontas e – o mais importante – *dispostas* a lutar pela transformação emancipadora da vida social.

A luta dos operários se converte em uma luta de classes quando os representantes avançados da classe operária adquirem consciência de que formam uma classe única e empreendem a luta não contra patrões isolados, mas contra toda a classe capitalista e contra o governo que apóia essa classe. Só quando cada operário se considera membro de toda a classe operária, quando vê em uma pequena luta cotidiana contra um patrão ou funcionário uma luta contra toda a burguesia e contra todo o governo, então a luta se transforma em luta de classe (Lênin *apud* Harnecker, 1973, p.191).

A citação acima, entre outras encontradas em obras do próprio Marx (1974; 1981), sugere que a simples consciência da posição da classe (operária, no caso) e da exploração (consequentemente sofrida) produz a disposição às atividades revolucionárias. Não se atribui importância aos chamados *incentivos seletivos* ou a qualquer coisa parecida com cálculos estratégicos individuais. A ação coletiva se dará naturalmente quando os membros da classe se libertarem, ou forem libertos, da escuridão da ignorância e reconhecerem que a realização de seus verdadeiros interesses, de classe, depende do sucesso na guerra contra a burguesia.

No que toca as questões aqui discutidas, outra característica importante do marxismo – também implícita no texto de Lênin, supracitado – diz respeito ao caráter universal do papel político das classes. Em *O Manifesto do Partido Comunista* (1981), Marx profetizou que, devido à vocação planetária do capitalismo e à natureza universal das classes, se constituiria uma rede de interesses classistas que transcenderia todas as fronteiras nacionais,

propiciando a cristalização de um sistema capitalista mundial e, com ele, uma dominação burguesa também mundial.

No *Manifesto Comunista*, de 1848, lê-se que, devido ao rápido aperfeiçoamento dos meios de produção e ao constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente capitalista até as nações mais bárbaras. Ainda no *Manifesto* afirma-se também que, em toda parte, comunistas apóiam todo movimento revolucionário contra as condições sociais e políticas existentes, destacam como fundamental a questão da propriedade e trabalham pela união e pelo entendimento dos partidos democráticos em todo o mundo. Não por acaso, Marx e Engels encerram o panfleto invocando: "Proletários de todo o mundo, uni-vos!".

Não se deduza, contudo, que, em termos de organização política, a dominação burguesa e a reação revolucionária devam se dar coordenada e simultaneamente em todos os países. Embora o governo capitalista pareça muitas vezes ser o alvo do afã revolucionário da classe operária, isso ocorre porque, e apenas porque, o Estado, se trazido às mãos dos trabalhadores, servirá de instrumento importante de coerção, seja contra eventuais tentativas de levante burguês seja em favor do operariado oprimido por outros governos a serviço do Capital (veja-se, por exemplo, o papel da União Soviética na expansão comunista pós 1917).

Assim, o ponto relevante é que, para Marx e para certos marxistas, a luta entre burgueses e proletários não se restringe às fronteiras dos Estados nacionais, e, dado o caráter dependente da política com relação à economia, nenhuma base de solidariedade constituída no interior de quaisquer circunscrições político-institucionais poderão interromper o processo de identificação e solidarização universal das classes, *especialmente as classes proletárias*.⁷ Como lembra Guibernau:

⁷ "Na verdade, a classe burguesa é afim à solidariedade em bases nacionais na medida em que os Estados Nacionais monopolizam recursos indispensáveis à manutenção da ordem social e da institucionalidade político-jurídica que garante a propriedade. Mas ainda aqui, o apego ao 'nacionalismo' pode ser visto como meramente instrumental à realização dos interesses de classe burgueses. Já a classe trabalhadora, contrária aos direitos de propriedade, 'só deve pensar em termos internacionais'" (Guibernau, 1997, p.24).

Para Marx, as classes sociais são verdadeiras protagonistas do processo histórico. Os desenvolvimentos local e nacional formam apenas uma parte, e reconhecidamente insignificante, a menos que uma nação se encontre à frente do progresso de toda a humanidade durante um determinado momento decisivo da história do mundo. Esta é uma questão crucial na compreensão do motivo por que Marx dá tão pouca atenção ao nacionalismo. Para ele, as nações, estados e cidades precisam ser estudados e avaliados dentro do contexto e a partir da perspectiva de seu lugar nas relações de classe e na luta de classe que se dá em escala global (Guibernau, 1997, p.20).

Portanto, ainda que, para efeitos práticos e táticos, as disputas efetivas se dêem de forma regionalizada (pelo aparelhamento do Estado com vistas à implantação da ditadura do proletariado), as bases de solidariedade que sustentam as identidades e atividades políticas se constituem a partir de uma identidade universal de classe – cabe lembrar: identidade constituída no processo de subjetivação das condições objetivas, estruturais, de existência.

3. Estado nacional e comportamento político: comunidade e classe na estruturação da dinâmica dos conflitos

Em que pesem as limitações das afirmações, no marxismo ortodoxo, acerca da relação entre estrutura de classe e comportamento político, a teoria marxista inspirou críticos e apoiadores a produzirem uma ampla e importante literatura sobre o tema. Tanto os fatos históricos dos anos posteriores a Marx quanto o avanço das Ciências Sociais (fenômenos, aliás, estreitamente relacionados) contribuíram para um maior conhecimento sobre a relação entre estrutura social e dinâmica política das sociedades modernas.

A tese materialista da influência unidirecional da infraestrutura econômica sobre a superestrutura político-cultural cedeu lugar a explicações como a de Max Weber e de T. H. Marshall. Weber (2004), em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, dá precedência à cultura ao analisar de forma consistente um contexto histórico-social em que a influência das idéias (o metodismo protestante) sobre a produção econômica foi definitiva no

desenvolvimento do capitalismo; já Marshall (1967), em *Cidadania, Classe Social e Status*, ao identificar os efeitos da cidadania na conexão entre classe e *status* social, revela o poder do Estado (superestrutura política) para interferir nos conflitos de classe em favor da unidade nacional. Em suma, ambos afirmam, por vias diferentes, que as unidades políticas nacionais reconduzem, através das instituições ou da cultura, o foco de solidariedade entre os indivíduos, e altera, com isso, a disposição à mobilização e a direção do envolvimento dos grupos sociais nos conflitos políticos.

O fato é que os movimentos políticos ocorridos a partir do século XVIII – dentre os quais se destacam as revoluções francesa e americana – produziram e difundiram ideais tais como os de igualdade, liberdade, solidariedade e, sobretudo, soberania popular (Guibernau, 1997, p. 56). Estes ideais orientaram os processos de constituição do Estado em direção à formação de um "espírito nacional"⁸ que perpassou as identidades de classe, e criou uma clivagem transversal que aproxima, mais ou menos, o burguês do trabalhador e desloca, ao menos em parte, o foco do conflito para as relações entre o nacional e o estrangeiro.

A afinidade transcendental entre o indivíduo e a classe é substituída, na retórica nacionalista, pelo vínculo legal-afetivo postulado entre o cidadão e o Estado. Enquanto o marxismo prega a luta entre as classes e profetiza a superação dialética do passado por meio da revolução, os Estados nacionais atuam para garantir a institucionalidade e buscam afirmar, com base na tradição, uma identidade coletiva; se o materialismo atribui à situação de classe a origem de toda solidariedade e o sentido de toda reivindicação política, o "nacionalismo" subsume a hierarquia dos estratos sociais à unidade da cultura nacional, e vislumbra, nesta, a fonte dos interesses comuns e a base da comunidade autoconsciente e soberana dos cidadãos.

Esses fatos inviabilizaram a pretensão teórica marxista de afirmar a universalização das disposições revolucionárias. À medida que os projetos nacionalistas são bem sucedidos, as

⁸ Para uma rica discussão acerca da polêmica distinção entre os conceitos de *Nação*, *Nacionalismo* e *Estado Nacional*, ver Guibernau, Monserrat (1997). ***Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX***. Infelizmente, não há espaço neste trabalho para a apreciação adequada de tais conceitos. Visa-se, neste ponto, apenas a discutir os efeitos da identidade nacional – entendida de forma arbitrariamente genérica – sobre a estrutura dos conflitos políticos.

análises do comportamento político individual ou coletivo, e da própria estrutura dos conflitos políticos, não puderam deixar de considerar as variáveis "regionais" (como as instituições jurídicas e políticas e as culturas nacionais em suas múltiplas dimensões) enquanto elementos explicativos relevantes da dinâmica política.

Assim, embora os interesses de classe sejam uma variável importante para se entender as escolhas políticas dos atores sociais (indivíduos ou grupos), eles não podem ser vistos como os únicos ou, em muitos casos, sequer, os mais relevantes. Aceita-se que, na época de Marx, as classes ocupavam indubitavelmente um lugar destacado na estrutura social e na dinâmica política, mas a crescente modernização da sociedade e sua irmã siamesa, a complexificação social, tiveram forte correspondência nas identidades dos indivíduos. Isso implica a necessidade de se considerar a multiplicidade das fontes sociais de inspiração do comportamento individual – para além de posição de classe, etnia, religião, educação, gênero, *status*, etc.

O fato é que uma visão "atualizada" do comportamento político revela que a disposição política dos atores sociais não se explica exclusivamente pelos interesses de classe nem tem, por isso, como fim incondicional a derrubada transnacional das instituições burguesas. Ao contrário, muitas estratégias, orientadas por interesses diversos, presumem certa estabilidade institucional que só pode ser garantida a partir do apoio generalizado e convergente ao monopólio da força por um centro de poder, centro este que encontra sua forma mais eficiente no Estado nacional.

Cabe frisar, ademais, que, com as transformações ocorridas na sociedade, na política e na cultura, a própria noção de precedência dos interesses econômicos sobre as preocupações políticas diversas perde o sentido. Muitas vezes, a afirmação de interesses políticos mais fundamentais implica reconhecer as diferenças econômicas e sociais, bem como aceitar as desigualdades que brotam naturalmente dessas diferenças – o direito ao livre culto, por exemplo, tem efeitos potencializadores nas desigualdades econômicas, posto que, para certos credos, a busca da salvação é contrária ao acúmulo de renda ou posses. Em suma, aceitar e apoiar a institucionalidade política é admitir, em certo grau, as desigualdades que

emanam do usufruto de direitos individuais ou coletivos tidos como sagrados – direitos estes cuja estabilidade deve ser resguardada pelas instituições.

O contrato moderno é essencialmente um acordo entre homens que são livres e iguais em status, embora não necessariamente em poder. O status diferencial [próprio das sociedades estamentais e de casta] foi substituído pelo único status uniforme de cidadania que ofereceu o fundamento da igualdade sobre a qual a estrutura da desigualdade foi edificada (Marshall, 1967, p.79-80).

Como bem revelou Marshall, a evolução dos direitos de cidadania levou a comunidade nacional a aderir de modo amplo ao *status* de cidadão, resultante da atuação eficiente do Estado – *status* esse que, em primeiro lugar, afirma uma igualdade *formal*, mas que tem consequências importantes no bem-estar geral, não só pela sua faceta social, mas pelas suas implicações na auto-estima (por assim dizer) decorrente do *status* de cidadão – e do reconhecimento do Outro como portador igualmente *autorizado* desse *status*.⁹

A cidadania exige um elo de natureza [peculiar], um sentimento de participação direta numa comunidade baseada numa lealdade a uma civilização que é um patrimônio comum. Compreende a lealdade de homens livres, imbuídos de direitos e protegidos por uma lei comum. Seu desenvolvimento é estimulado tanto pela luta para adquirir tais direitos quanto pelo gozo dos mesmos, uma vez adquiridos (Marshall, 1967, p.84).

Evidentemente, a solidariedade nacional que se desenvolve em paralelo aos direitos de cidadania não elimina os conflitos, uma vez que a própria origem dos direitos e das

⁹ Marshall menciona a Justiça Inglesa do primeiro quartil do século XX como um eloquente exemplo da influência da cidadania na difusão da igualdade cidadã como *valor*. Embora os "funcionários" da justiça sejam recrutados em um segmento altamente elitizado da sociedade, a autor comprova com números que houve um "declínio do preconceito de classe como barreira efetiva ao gozo dos direitos [...] devido menos à diminuição do monopólio de classe na carreira jurídica do que à difusão, *em todas as classes*, de um sentimento mais humano e realista de igualdade social" (Marshall, 1967, p.81, grifo nosso). Oportuno lembrar que nada mais sinalizador de uma "perda de exclusividade" dos interesses de classe, posto que uma justiça eficiente, como referida no texto de Marshall, se revela à medida que soluciona demandas em todas as áreas, e não apenas na área econômica.

instituições político-jurídicas correspondentes se deu com a função de processar tais conflitos de forma racional e civilizada. Na verdade, a institucionalização da ordem – em que pesem reforçar a coesão social mediante a fiscalização dos contratos e a criação de redes de comunicação e transportes, etc – é ela própria geradora de conflitos na medida em que os cidadãos, livres da preocupação pela sobrevivência, própria de um contexto hobbesiano, podem melhor buscar a afirmação de si no *mercado político* (no sentido de Fábio W. Reis¹⁰). Obviamente, é grande também a relevância das questões de classe no rol dos interesses a serem processados a partir do gozo dos direitos cidadãos. Mas, o importante aqui é perceber que, nos modernos Estados nacionais, mesmo a realização daqueles interesses que têm origem numa identidade de classe requer, antes, o apoio a um conjunto de normas que regulam a vida de uma comunidade específica, circunscrita em um território específico, cujos indivíduos se reconhecem como comunidade legal-natural antes de perceber suas diferenças e de, eventualmente, lutar para saná-las.

As experiências social-democráticas do final do século XIX e início do século XX revelam de forma bastante clara o apoio à comunidade nacional como condição para superação dos altos graus de desigualdade decorrentes da dinâmica capitalista. A solução social-democrática só foi possível mediante acordo estabelecido entre capitalistas e trabalhadores, sob coordenação do Estado – acordo este que tem como pressupostos a igualdade dos cidadãos e a desejabilidade e legitimidade das instituições políticas nacionais (Offe, 1984; Przeworski, 1989). Não é demais lembrar que a opção pela solução "doméstica" dos conflitos econômicos expressada nesse pacto político não se coaduna com a restritiva relação indivíduo-classe postulada pelos marxistas revolucionários. Veja-se o protesto anti-revisionista de Lênin, que pode ser lido como uma crítica aos argumentos liberais em favor dos pactos social-democráticos:

¹⁰ O conceito de mercado político em Reis não se restringe, como costuma ser comum na literatura, à competição pelo poder através das instituições políticas – corporativas ou eleitoral-partidárias. Fábio Reis leva o liberalismo ético às últimas consequências ao afirmar que o mercado político consiste na dinâmica resultante das "estratégias" descentralizadas de indivíduos que buscam a afirmação de si em quaisquer espaços e com relação a quaisquer temas que considerem relevantes. Para uma aplicação desse conceito à questão racial no Brasil, ver o texto "O Mito e o Valor da Democracia Racial", em: Reis, Fábio. ***Mercado e utopia: teoria política e sociedade brasileira***. São Paulo: Edusp, 2000.

O liberalismo está disposto a aceitar também a luta de classes no terreno da política, com a única condição de que aquela **não** abarque a organização do poder do Estado. É fácil entender quais são os interesses da classe burguesa que dão origem a essa deformação liberal do conceito de luta de classes (LÊNIN apud HARNECKER, 1973, p.194, grifo do autor).

É claro que a social-democracia redundou em certa reorganização na distribuição do poder estatal em favor das classes operárias, mas não a ponto de comprometer a propriedade privada e a justiça burguesa. Isso se revela na intensa polêmica travada no campo da esquerda em geral, e no marxismo em particular, sobre os efeitos contra-revolucionário dos acordos social-democráticos (para uma síntese do debate, vide Pzeworski, 1989).

4. Política, estado e complexidade social: notas sobre comportamento político na sociedade moderna

A crítica que invalidou o argumento marxista (argumento afim ao *exclusivismo* da situação de classe no condicionamento da consciência e do comportamento políticos) não se restringe ao reconhecimento da relevância do Estado e da identidade nacional nas explicações do comportamento político. O considerável desenvolvimento das teorias sócio-psicológicas e o aperfeiçoamento das pesquisas empíricas no campo social e psíquico impõem reconhecer que a sociedade moderna se estrutura de forma altamente complexa. Tal complexidade tem seu correlato no caráter multidimensional da identidade individual e, portanto, se reflete nas aspirações dos indivíduos e no seu constante esforço na busca da *afirmação de si*.¹¹

¹¹ Esse novo campo teórico, embora atribua importância crucial às identidades coletivas – em que a classe ocupa um lugar destacado – reconhece no indivíduo, e não mais na coletividade, a unidade analítica por excelência. Uma característica dessa vertente é a tentativa de "reduzir" os argumentos de Marx a explicações centradas no indivíduo, ou seja, procura-se entender a ação coletiva a partir de seus microfundamentos: *as ações individuais racionais*. As explicações marxianas não sujeitas a essa redução são consideradas inválidas. *Grosso modo*, em termos individualistas, a política se constitui no exercício por meio do qual certos indivíduos constroem uma base de solidariedade (mínima, muitas vezes formal), necessária à solução de problemas coletivos resultantes de conflitos não solucionáveis por meio da lógica do mercado. Seguindo na tradição iniciada por Marx, essa linha é conhecida como marxismo analítico (ver Pzeworski, 1986; 1989; Elster, 1989).

As conexões entre a posição do indivíduo na estrutura social e seu comportamento político não podem ser analisadas em termos de vínculos singulares com uma ou outra dimensão societária, ao contrário, deve-se tentar abarcar os múltiplos vínculos por meio de teorias que permitam considerar, por um lado, as variáveis que dispõem os indivíduos em grupos ou estratos distintos e/ou rivais e, por outro, os elementos que induzem ao reconhecimento de bases comuns de solidariedade, de pertencimento e de igualdade. Em suma, tanto os fatores que produzem a estratificação quanto os que produzem a solidarização social são importantes no entendimento do comportamento individual e, o mais relevante, ambos devem ser considerados na medida da exigência das complexas estruturas das sociedades modernas (e da estrutura psicológica de seus membros).

Os argumentos de Fábio Reis (2001), em parte fundamentados na teoria da participação política de Alessandro Pizzorno (1966), oferecem ricas explicações sobre atitudes e comportamentos políticos a partir da combinação dos elementos que constituem o que Reis, seguindo Pizzorno, chama *sistema de solidariedade* e *sistema de interesses*. Esta estrutura analítica permite construir um modelo em que *identidades de qualquer natureza* possam ser agrupadas em esferas de solidariedade que compõem, por assim dizer, comunidades que dão sentido à ação individual e, eventualmente, mobilizam os indivíduos à atuação política. As disputas entre os grupos de indivíduos solidários (as comunidades) se dão mediadas por regras formais ou normas sociais que estruturam um sistema de interesses nos quais os grupos internamente solidários (e, dentro deles, os indivíduos) buscam alcançar suas metas. Neste modelo analítico, as classes são um exemplo, entre outros, de bases de solidariedade que servem de referência à organização estratégica dos atores, que organizam a busca de seus interesses mediante regras de competição – jurídicas, econômicas, políticas ou sociais *lato sensu*.

Posto que a identificação de um indivíduo com determinado grupo social envolve complexos fenômenos sócio-psicológicos, as possibilidades de escolha são muitas, e, portanto, virtualmente imprevisíveis. Suponha-se, à guisa de exemplo, um grupo de funcionários qualificados que tem acesso a ambientes frequentados por altos executivos e grandes proprietários: é razoável acreditar que os estilos de vida cultivados nesses ambientes são mais desejados pelos funcionários que aqueles tipicamente frequentados pelos

trabalhadores do chão de fábrica. Neste caso, identidades de natureza classista podem, por exemplo, ceder a aspirações de *status* e prestígio (a rigor, incongruentes com a situação de classe), fazendo com que trabalhadores qualificados, em situações de conflito, "ignorem" sua posição de classe e se aproximem de seus "exploradores" e não de seus companheiros operários. Outras situações pode haver em que a própria base econômica do conflito se subsume a fatores de natureza diversa – étnica, religiosa, de gênero ou outra qualquer que se apresente como mais relevante na *interpretação*¹² que os indivíduos fazem da situação de conflito.

Um marxista ortodoxo não aceitaria de um determinado indivíduo outra interpretação possível da dinâmica social que não aquela baseada na sua identidade de classe. Qualquer "desvio interpretativo" seria produto da alienação decorrente do domínio ideológico da burguesia e, como tal, sujeito à (e carente de) superação. Já foi argumentado que, dado o caráter multidimensional da vida social, a consciência de classe é uma *possibilidade*, mas não uma *necessidade*. Agora se pretende justificar que, em função da variedade de tipos individuais e da diversidade de posições na estrutura social a própria consciência – de classe, de credo, de nação, ou qualquer outra – é algo que varia enormemente dentro da própria comunidade solidária.

O esquema analítico proposto por Reis esclarece este ponto ao combinar o *modelo marxiano da consciência de classe* com o chamado *modelo da centralidade*. O primeiro, como se viu, relaciona o comportamento político com o processo de formação das classes sociais e sustenta que as atividades políticas crescem conforme aumenta a consciência de classe. O segundo modelo associa a participação política à maior ou menor centralidade da posição do indivíduo no sistema sóciopolítico.

¹² Há uma ampla sociologia de base fenomenológica – interacionismo simbólico, etnometodologia, etc – que dá importância central ao esforço de compreensão dos indivíduos na interação social cotidiana. Nesta literatura (Garfinkel, 1967; Goffman, 2005), o esforço analítico recai sobre o *agente* e não sobre as *estruturas*. Tais estruturas seriam um constructo de segunda ordem, erigido a partir dos esforços individuais para interpretar situações e resolver (pragmaticamente) problemas de todo tipo. Além do mais, o processo interativo é dinâmico e, para que seja bem sucedido, é necessário que se produzam interpretações descentralizadas, mas convergentes. Isso implica não só reconhecer a importância do diálogo, mas também aceitar que o sentido das ações *não* é dado *a priori* pela estrutura social, mas é construído *in situ*, por uma dinâmica dialógica cujo fim também se constrói no próprio processo interativo. Daí a defesa de Jurgen Habermas do caráter essencialmente democrático da ação comunicativa.

Reis (2001) lembra que esta presunção é oriunda, sobretudo de estudos empíricos norte-americanos que comprovam que o envolvimento político dos cidadãos varia conforme sua posição sócio-econômica, seu grau de educação, a urbanidade do lugar em que vive, e variáveis afins – homens participam eleitoral e politicamente mais que mulheres, as pessoas de alta posição sócio-econômica mais do que as de posição sócio-econômica inferior, as de maior educação, mais do que as pouco educadas, os moradores das cidades, ou as pessoas de maior experiência urbana, mais do que as de menor experiência urbana, etc. Nestes termos, essas dimensões seriam indicadoras da posição social do indivíduo, de tal forma que, quanto mais próxima do "centro" ou do "topo" for a sua posição, maior seria sua "qualificação" e sua predisposição à participação política.

O resultado, segundo Reis, é um esquema híbrido em que a participação de tipo "convergente" – de indivíduos racionais, sofisticados, *integrados e solidários* com o sistema político – se combina com uma participação de tipo conflitivo ou "divergente" – orientada por ideologias e identidades coletivas parciais, afins às posições do indivíduo na estrutura social. Em síntese:

Enquanto o modelo da centralidade sugere uma forma individualista de participação, afim à perspectiva liberal (apesar da inserção mais ou menos plena no sistema formado no âmbito da coletividade nacional), o modelo da consciência de classe destaca um componente de solidariedade afim ao civismo republicano (ou patriotismo cívico) embora seu foco seja antes a classe que a nação (Reis, 2001, p.11).

Ocorre que a convergência dos efeitos das variáveis objetivas – determinantes da posição sócio-econômica combinados à natureza mais ou menos urbana da vivência social do ator – se traduziria em um fator de natureza intelectual e sociopsicológica importante para a subjetivação ou conscientização dos interesses objetivamente colocados. Afinal, um ator solidamente ideologizado carece de certo grau de auto-conhecimento, de informação sobre assuntos políticos, de sucesso na performance social cotidiana e de segurança subjetiva nos contatos sociais – e esses elementos, por sua vez, são mais prováveis na medida em que o indivíduo se aproxime do "centro" da sociedade. Em suma, os interesses de classe, ou

quaisquer interesses relacionados às dimensões objetivas da experiência individual (eventualmente constitutivos de identidades coletivas), teriam maior poder de mobilização política quanto maior for a "sofisticação cognitiva" do ator, o que, segundo esse esquema, coincide com seu grau de proximidade com o núcleo do sistema social.

5. Palavras não-conclusivas: estado nacional, globalização e as novas bases de solidariedade e de consciência coletiva

Argumentou-se que a teoria marxista ortodoxa vê na objetividade das relações produtivas a fonte única das energias políticas. A injusta dinâmica econômica do capitalismo teria como resultado necessário à formação de focos de solidariedade antagônicos – as classes – que, em interação, redundariam em guinadas revolucionárias que colocariam em xeque o próprio sistema capitalista, em nome de uma sociedade comunista: não estratificada, justa e fundada em princípios verdadeiramente universais.

Como se viu em seguida, o processo bem sucedido de formação do Estado-Nação implicou o surgimento de uma consciência nacional, que fomentou a composição de bases identitárias incompatíveis com a propalada tese marxista da luta universal das classes. A universalização dos direitos, juntamente com a cristalização de uma cultura nacional, produziu um novo *ethos* que veio a fomentar fortes laços de fidelidade (legal-moral) com a comunidade nacional e com o poder central, em detrimento de uma consciência classista planetária. As novas identidades, firmadas no interior das fronteiras estatais, inscreveram clivagens na estrutura de classes fazendo com que, em nome de outras identidades, estratos sociais rivais viessem a "superar" determinadas diferenças em nome de interesses reconhecidos como comuns – como foi mostrado, o pacto social-democrático só pode ser entendido neste contexto.

Na parte seguinte, defendeu-se que, com a estabilização das relações sociais garantida pelo Estado nacional, as redes sociais se tornaram mais livres e imensamente mais complexas, o que exigiu a formulação de modelos teóricos mais elaborados para a explicação da conexão entre estrutura social e comportamento político. O modelo proposto por Fábio Reis foi,

então, apresentado como uma boa fórmula analítica, que pretende explicar a disposição política dos indivíduos combinando certa mensuração das suas posições sociais (o modelo da centralidade) com a propensão à formação de uma consciência política em bases parciais "objetivas" (o modelo da consciência de classe).

O problema que surge neste ponto está, novamente, relacionado com o dinamismo dos processos sociais, o qual as explicações sociológicas devem abarcar. Até o final do século XX, o Estado nacional se mostrou competente em acomodar interesses de naturezas diversas por meio de pactos institucionais que, por um lado, garantiam aos súditos – individual ou coletivamente – a possibilidade de realização de seus objetivos, mas, por outro, exigiram em contrapartida um "juramento de fidelidade", que o próprio Estado tratou de garantir por meio do fomento ao surgimento e/ou estabilização de um *ethos* nacional. Este fim foi alcançado à medida que o Estado *concentrou* recursos de poder, monopólicos ou não, instrumentais à criação de sistemas de comunicação e de administração que tornaram viáveis e racionais os apoios descentralizados ao pacto constitucional.

A própria conformação das identidades individuais ou coletivas se sustentou numa ambiência nacional em que as disputas e reivindicações políticas tinham como parâmetro a distribuição de recursos (relativos a interesses de *classe* ou de *status*) *dentro* da sociedade comunitária. Por outras palavras, se o contexto da política é nacionalizado, os cidadãos avaliam seu bem-estar e organizam suas estratégias políticas comparando as diferenças existentes (com relação à posse de bens e oportunidades sociais) entre os estratos da sociedade em que vivem.

Com a intensificação das trocas culturais e econômicas propiciadas pela globalização, tanto os condicionadores objetivos da consciência política quanto os seus "epifenômenos superestruturais" adquirem uma mobilidade tal que extrapolam as fronteiras nacionais.

Há diversos conceitos atuais nas ciências sociais que visam capturar e definir essas novas dinâmicas sociais. Sob conceitos como os de *desençaixe* e *reençaixe*, por exemplo, Giddens (1991) aborda as transformações nas relações sociais, que se tornam cada vez mais independentes de restrições espaço-temporais. Habermas, por sua vez, com o termo *constelação pós-nacional*, avalia os efeitos da globalização, em suas múltiplas dimensões,

sobre a (in)capacidade dos Estados nacionais para adotar soluções estritamente domésticas para os problemas sociais enfrentados pelos governos nacionais. Enfim, os argumentos dos dois autores colocam em evidência a transmutação das bases de solidariedade que implicam, com intensidade crescente, novas fontes de inspiração para os conflitos políticos que, na contemporaneidade, transcendem os territórios nacionais.

O fato é que a necessidade cada vez maior de solução dos problemas políticos oriundos da dinâmica transnacional esbarra na incapacidade do Estado nacional de solucionar problemas que se estendem para além de suas fronteiras. Os próprios atores políticos, constituídos sob a *forma-estado*, se encontram numa espécie de "limbo" institucional e cultural em que os mecanismos de *accountability* e a sensação de pertencimento a uma comunidade de sentido – que possibilitaram a efetividade da cidadania e contribuíram para a legitimidade da democracia moderna – perdem boa parte da sua utilidade e, nos casos mais graves, boa parcela da sua significação.

Ademais, a ausência de autoridades políticas supranacionais que tenham poder para interceder de forma efetiva na solução dos conflitos extra-estatais agrava os problemas do processo de constituição de uma base *última de solidariedade* (outrora a comunidade nacional) a partir da qual os atores sociais possam formular suas demandas e organizar suas estratégias políticas.

A questão que se coloca é a de pensar se a transformação das bases de solidariedade, decorrente da intensificação dos fluxos globais, mitigará ou acentuará as inspirações políticas de origem classista, posto que a volatilidade das fronteiras econômicas permitem recolocar a questão da universalidade das lutas de classe. Por um lado, o aumento global da desigualdade e da exclusão econômica e o desenvolvimento extraordinário das redes de comunicação poderiam incentivar, mais do que nunca, o apego à palavra de ordem "uni-vos no mundo todo!"; mas, por outro, a notória individualização da dinâmica social e a multiplicação das possibilidades de constituição das identidades individuais revela implicações importantes na conexão entre estrutura social e consciência política. Em suma, a individualização, a autonomia identitária, as novas formas de estratificação e a transnacionalização dos fluxos sociais, para além de dificultarem a (re)configuração de uma

ideia universal de classe, dificulta a própria mensuração da distância entre a posição social do indivíduo e o "centro" do sistema social. Estes fatores reafirmam a complexidade dos fenômenos sociais e exigem novos reajustes nas teorias sociológicas acerca das bases estruturais do comportamento político na contemporaneidade.

Referências

AGUIAR, Joaquim. ***Os limites da forma estado***. (Cópia xerox sem informações editoriais).

AGUIAR, Neuma (Org.) (2007). ***Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política***. Belo Horizonte: Editora UFMG.

CAVALLI, Alessandro (1995). "Classe". In: BOBBIO, Norberto *et alli*. ***Dicionário de política***. Brasília: Editora UnB.

ELSTER, Jon (1989). ***Marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos. Argumentos em favor do individualismo metodológico***. Lua Nova, São Paulo , n.17.

GARFINKEL, H. (1967). ***Studies in ethnomethodology***. New Jersey: Prentice Hall.

GIDDENS, Anthony (1991). ***As consequências da modernidade***. São Paulo: Unesp.

GOFFMAN, Erving (2005). ***A representação do eu na vida cotidiana***. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

GRUSKI, David (1996). "Estratificação social". In: OUTHWAITE *et alli* (Orgs.). ***Dicionário do pensamento social do século xx***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

GUIBERNAU, Monserrat (1997). ***Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século 20***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

HABERMAS, Jürgen. (2002). ***A constelação pós nacional: ensaios políticos***. São Paulo: Littera Mundi.

HARNECKER, Marta (1973). ***Os conceitos elementares do materialismo histórico***. Santiago.

Revista Simbiótica - Universidade Federal do Espírito Santo - Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias. Departamento de Ciências Sociais - ES - Brasil - revistasimbiotica@gmail.com

- LIPSET, Seymour M. (1967). **O homem político**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- MÉSZÁROS, István (2009). **Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método**. São Paulo: Boitempo.
- MARX, Karl; Engels, Friedrich (1974). **A ideologia alemã**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1981). **O manifesto do partido comunista**. Rio de Janeiro: Global Editores.
- MARSHALL, Gordon (S/D). "Stratification". In.: **The concise oxford dictionary of sociology**. New York: Oxford University Press.
- MARSHALL, T. H. (1967). **Cidadania, classe e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- OLSON, Mancur (2009). **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Edusp.
- PIZZORNO, Alessandro (1966). **Introduzione allo studio della partecipazione politica**. Quaderni di Sociologia, 15.3-4, jul-dez, p.235-8
- PRZEWORSKI, Adam (1986). **Marxismo e escolha Racional**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 6.
- _____. (1989). **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras.
- OFFE, Claus (1984). **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- REIS, Fábio Wanderley (1978). "Classes sociais e opção partidária". In: _____. (Org.). **Os partidos e o regime**. São Paulo: Editora Símbolo.
- _____. (2001). **Política e participação: notas sobre aspectos doutrinários e empíricos**. In.: Revista USP, março/maio.
- _____. (2000). **Mercado e utopia: teoria política e sociedade brasileira**. São Paulo: Edusp.
- SZTOMPKA, Piotr (1998). **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro. São Paulo: Civilização Brasileira.
- WEBER, Max (2004). **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras.

Abstract: This paper approaches, on the basis of macro-sociological theories, the relations between, on the one hand, the structures of society and the State, and, on the other, the political behavior in modernity. In this discussion, to explain political action, the Marxist arguments are opposed to an approach which doesn't give the social classes the exclusivity they have in Marxist thinking. The objective is to show the individual's political behavior can only be explained by more complex factors than that provided by the Marxist point of view.

Keywords: social class, social structure, political behavior, contemporary state.

Resumen: el texto analiza, basándose en teorías macro-sociológicas, la relación entre, por un lado, las estructuras de la sociedad y el Estado y, por otro, lo comportamiento político en la modernidad. En el debate, el argumento marxista se opone a una visión que no reconoce la exclusividad de las clases sociales como base para la interpretación de la política. El objetivo es demostrar que las transformaciones sociales hacia la globalización tienen consecuencias en el comportamiento político de los individuos, lo que requiere explicaciones más heterogéneas y complejas de lo que suponían cierta visión marxista.

Palabras clave: clase social, estructura social, comportamiento político, Estado contemporáneo.